

## **Dez anos de investigação em contabilidade sobre relato ambiental**

**Carlos Mata**

Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal – CICE-  
ESCE/IPS  
carlos.mata@esce.ips.pt

**Ana Fialho**

Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora  
afialho@uevora.pt

**Teresa Eugénio**

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria, Instituto Politécnico de Leiria -  
CIGS/CIFC  
teresa.eugenio@ipleiria.pt

## **Resumo**

Este estudo apresenta uma revisão da investigação em Contabilidade sobre a temática do Relato Ambiental, através da análise dos artigos publicados em 20 *accounting top journals*, entre 2006 e 2015. Foram identificados 342 artigos, a maioria publicados nos: *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, *Accounting Forum*, *Critical Perspectives of Accounting e Accounting, Organizations and Society*. Do universo dos estudos identificados, foram analisados 161 artigos. Para cada artigo optamos por estudar as seguintes dimensões: objetivos e resultados obtidos, metodologias adotadas, origem dos dados, sectores de atividade e países. A maioria dos estudos apresenta uma abordagem longitudinal e utiliza como metodologia a análise de conteúdo. As teorias mais utilizadas são a da Legitimidade e a dos *Stakeholders*. Este estudo pretende contribuir para um conhecimento aprofundado do estado da arte da investigação em Contabilidade Social e Ambiental.

**Palavras-chave:** Contabilidade Social e Ambiental; Relato Ambiental; Revistas de Contabilidade.

## INTRODUÇÃO

A informação ambiental desde meados dos anos 80, do século passado, que tem sido objeto de um crescente interesse pelas empresas, comunidade académica, organismos de regulamentação contabilística, ordens profissionais, entre outros. Este crescente interesse pelas questões sociais e ambientais resultou no incremento de publicações académicas que adotaram diferentes perspetivas, sendo a maioria da investigação focada na análise das práticas de Relato Social e Ambiental (RSA) e na busca de explicações teóricas que justifiquem essas práticas.

Partindo da análise dos artigos publicados em 20 *accounting top journals*, de acordo com Eugénio et al. (2010), no período de 2006 a 2015, este estudo pretende contribuir com a revisão dos estudos publicados permitindo o conhecimento aprofundado do estado da arte da investigação em Contabilidade sobre a temática do Relato Ambiental.

Esta análise permitiu identificar para cada artigo as seguintes dimensões: objetivos e resultados obtidos, práticas/motivações para o relato ambiental, relação entre o relato ambiental e o desempenho organizacional, bases teóricas, metodologias adotadas, origem dos dados, sectores de atividade e os países.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: inicia com a apresentação de uma perspetiva histórica da investigação em Contabilidade Social e Ambiental (CSA). Seguidamente é explicitada a metodologia adotada para a seleção da amostra. No ponto quatro apresentam-se os resultados e procede-se à sua sistematização e discussão. Por fim, apresentamos as conclusões e as limitações.

## 2. PERSPETIVA HISTÓRICA DA INVESTIGAÇÃO EM CONTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

O crescente interesse pelas questões sociais e ambientais impulsionou o incremento de publicações académicas. Neste sentido, é vasta a literatura sobre CSA que desenvolve diversas linhas de investigação, tanto numa perspetiva teórica como empírica, sobre o estudo das práticas de RSA e da CSA, numa ótica interna e externa.

Diversos autores apresentam uma sistematização da investigação teórica e empírica sobre RSA e CSA destacando-se, os trabalhos de Mathews (1997, 2003 e 2004), Gray (2002), Owen (2008), Parker (2005 e 2011), Eugénio et al. (2010), e Deegan (2017).

Mathews (1997) classifica os principais temas abordados na literatura ao longo dos últimos 25 anos, repartindo-os em três períodos distintos: de 1971 a 1980; de 1981 a 1990; e 1991 a 1995.

Já Gray (2002) apresenta uma análise crítica da literatura em CSA publicada nos últimos 25 anos, destacando os estudos publicados na *Accounting, Organization and Society (AOS)*.

Owen (2008) apresenta uma revisão crítica do desenvolvimento e do estado da arte da CSA, através dos artigos publicados na *Accounting, Auditing & Accountability Journal (AAAJ)*, no período de 1988 a 2007, e outras publicações de *top journals*, no período de 2004 a 2007. Realça que a CSA deve responder às mudanças ambientais e sociais e que deve existir um maior enfoque no sector público, nas organizações sem fins lucrativos e nas Organizações Não Governamentais (ONG).

Eugénio et al. (2010) apresentam uma análise das publicações em CSA, no período de 2000 a 2006, em 19 *accounting top journals*, repartindo os estudos empíricos em quatro categorias:

sistemas de CSA, RSA, relação entre o relato e o desempenho e o impacto da regulamentação, concluindo que a área de maior peso é a divulgação de informação social e ambiental. Analisaram também as metodologias adotadas, a origem e tipo de dados utilizados e o país em estudo. Relativamente às metodologias mais utilizadas constataram que é a análise de conteúdo e a entrevista, concluindo ainda que a maioria dos estudos considera uma amostra de empresas de sectores poluentes. Os dados utilizados resultam essencialmente dos relatórios e contas, existindo uma tendência para a análise de outros documentos das empresas, tais como, os relatórios ambientais autónomos, os *web sites*, *press release* e *newletters*, No que respeita aos países os estudos incidem principalmente sobre o Reino Unido, Austrália e os Estados Unidos.

Parker (2011) apresenta uma análise longitudinal, entre 1988 e 2008, dos estudos publicados em 4 *accounting top journals* (AAAJ, *Accounting Forum* (AFo), *Critical Perspectives on Accounting* (CPA), e AOS) e 2 *journals* especificamente dedicados à investigação em CSA (*Social and Environmental Accounting Journal* e *Journal of the Asia Pacific Centre For Environmental Accountability*). Os artigos analisados dos 4 *accounting top journals* correspondem a 199 estudos publicados. Sendo os artigos publicados no AAAJ os que apresentam um maior equilíbrio entre as vertentes social e ambiental. O autor realça o domínio dos investigadores europeus e australianos nos *journals* AAAJ, AF e CPA e o crescente enfoque no sector público/governamental e nas ONG. Destaca ainda o facto de algumas organizações expressarem a sua preocupação com a CSA enquanto forma de gestão dos riscos de reputação em resposta às pressões da comunidade envolvente, a interesses e pressões institucionais, ou seja demonstram uma estratégia reativa face ao exterior. Importa salientar o destaque atribuído à investigação realizada em três países não anglo saxónicos (Espanha, Holanda e Finlândia).

Deegan (2017) efetua uma reflexão sobre os 25 anos de investigação em CSA publicados na CPA, tendo selecionado 62 artigos. Partindo do pressuposto de que o crescente relato poderia representar uma melhoria da sua qualidade, por via das iniciativas globais como o *Global Reporting Initiative* (GRI) e o Relato Integrado, o autor constata que diversos investigadores concluem que a qualidade do relato não melhorou. Considera ainda que a investigação em CSA, e não apenas a publicada neste *journal*, procura explicar as motivações para o RSA, em particular o relato voluntário, concluindo que a sua explicação passa predominantemente pela teoria da legitimidade, utilizando a metodologia da análise de conteúdo dos relatórios corporativos e por fatores externos como as expectativas da comunidade, a pressão dos *media* e acontecimentos sociais/ambientais críticos. Por fim, refere que após 25 anos a qualidade do relato corporativo e a *accountability* não melhorou e o estado do ambiente e a situação social em algumas sociedades ficou mais degradada.

### 3. METODOLOGIA E SELEÇÃO DA AMOSTRA

Este estudo pretende contribuir para uma revisão da investigação em CSA sobre a temática do relato ambiental, através da análise dos artigos publicados em 20 *accounting top journals*<sup>1</sup>, entre 2006 e 2015.

---

<sup>1</sup> Accounting Review (AR); Accounting, Organizations and Society (AOS), Journal Accounting Research (JAR); Contemporary Accounting Research (CAR); Journal of Accounting and Economics (JAE); Review of Accounting Studies (RAS); Abacus (A); Accounting and Business Research (ABR); Accounting and Finance (AFi); Accounting Business & Financial History (ABFH); Accounting Horizons (AH); Accounting, Auditing & Accountability Journal (AAAJ); Accounting, Management and Information Technologies (AMIT); European Accounting Review (EAR); The International Journal on Accounting (IJA); International Journal of ISAFM (IJIASAFM); Journal of Internacional Financial Management and Accounting (JIFMA); Review of Quantitative Finance and Accounting (RQFA); Critical Perspectives on Accounting (CPA); Accounting Forum (AFo).

Para a recolha dos artigos publicados nos *journals* seguimos a metodologia adotada por Mata et al. (2015). Assim, através da consulta das bases de dados dos *journals*, a qual decorreu entre os meses de janeiro e fevereiro de 2017, utilizamos as palavras-chave - *Environmental Disclosure (ED)* e *Environmental Reporting (ER)* - tendo sido identificados 342 artigos.

Para a seleção dos artigos optamos por excluir os artigos em que a(s) *palavra(s)-chave* surgia(m) apenas na bibliografia ou no artigo como referência(s) ou exemplo(s) não sendo objeto de qualquer desenvolvimento, bem como, nos editoriais, nos *call for papers* e nas revisões de livros. Importa salientar, que nos casos onde o artigo foi identificado pelas duas palavras-chave mas apenas uma delas preenchia os requisitos para excluir o artigo, selecionamos o artigo para análise. Assim, dos 342 artigos identificados selecionamos 161 artigos (tabela 1).

**Tabela 1<sup>2</sup> – Artigos selecionados por Journal**

<i>Journal</i>	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
<b>AR</b>									1		<b>1</b>
<b>AOS</b>	2	1	2	4	2		2	1	3	1	<b>18</b>
<b>CAR</b>						2					<b>2</b>
<b>A</b>		1		1		1		1	1		<b>5</b>
<b>ABR</b>	1	1			1					1	<b>4</b>
<b>AFi</b>	1			1		2	1	3		1	<b>9</b>
<b>ABFH</b>			1								<b>1</b>
<b>AH</b>		1						1			<b>2</b>
<b>AAAJ</b>	6	3	4	5	5	3	4	7	7	7	<b>51</b>
<b>EAR</b>			2	2	1						<b>5</b>
<b>IJA</b>									3	1	<b>4</b>
<b>JIFMA</b>		1				1	1				<b>3</b>
<b>CPA</b>	2	1	3		1	1		3		7	<b>18</b>
<b>AFo</b>	1		2	2	6	9	6	9	3		<b>38</b>
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>9</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>19</b>	<b>14</b>	<b>25</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>161</b>

Fonte: Elaboração Própria

Constatámos que a maioria dos autores está filiada em países como: Reino Unido, Austrália, Estados Unidos e Nova Zelândia. Os autores que mais artigos publicaram foram: Dennis Patten com 12 artigos, Charles H. Cho com 10 artigos, Rob Gray e Robin Roberts com 6 artigos e Craig Deegan, Matias Laine com 5 artigos cada um.

Seguindo a proposta de autores como Parker (2005), Eugénio et al. (2010), Mata et al. (2015) e Deegan (2017), optamos por classificar os artigos analisados segundo três categorias: práticas/motivações para o relato ambiental, relação entre o relato ambiental e o desempenho organizacional e as bases teóricas. Importa salientar que um artigo pode surgir em mais do que uma categoria dadas as suas complementaridades.

<sup>2</sup> Foram excluídos os *journals* (JAE; AMIT; IJISAFM; RQFA) que não publicaram nenhum artigo sobre ED ou ER e os *journals* (JAR; RAS) que face aos critérios para seleção dos artigos não foram incluídos.

## 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para cada artigo optamos por analisar as seguintes dimensões de análise: objetivos e resultados obtidos, metodologias adotadas, origem dos dados, sector de atividade e países em estudo. Seguidamente apresentamos os objetivos e resultados dos artigos da amostra, face às seguintes categorias: práticas/motivações para o relato ambiental; relação entre o relato ambiental e o desempenho organizacional; e bases teóricas.

### 4.1 Objetivos e resultados

#### 4.1.1 Práticas/Motivações para o relato ambiental

Nesta categoria incluímos os estudos em que se analisaram as práticas/motivações para o relato ambiental das organizações. Estes estudos têm em conta diferentes objetivos como por exemplo: analisar a extensão e natureza das práticas de relato ambiental antes e após a introdução de normativo legal (Frost, 2007); analisar o conteúdo dos relatórios de sustentabilidade e as ações corporativas (Cho et al., 2015a); comparar regimes de relato (Bebbington et al., 2012); analisar o relato das alterações climáticas através de diferentes relatórios (Aguiar e Bebbington, 2014); analisar o efeito da certificação dos relatórios ambientais (Edgley et al., 2010; Moroney et al., 2012); compreender as práticas de relato ambiental de departamentos governamentais (Lynch, 2010); examinar as estratégias de relato de um sector de atividade (Cuganesan et al., 2010); analisar a interação entre o RSA da organização e as pressões institucionais externas (Laine, 2009).

Alguns estudos tem como objetivo analisar a evolução da qualidade e extensão da divulgação no relatório e contas, relatório de sustentabilidade e notas de imprensa após a ocorrência de acidentes (Coetzee e Staden, 2011; Ten-Elijido et al., 2010; Cho 2009). Os resultados demonstram que a divulgação ambiental tende a basear-se numa estratégia que visa legitimar a atividade em vez de promover uma maior *accountability*. Concluem ainda que após o acidente ambiental tende a haver um aumento da divulgação de informação no relatório ambiental e de *press releases*, apresentando as razões do acidente ou o que foi efetuado para corrigir.

De acordo com Guthrie et al. (2008), as empresas estão a utilizar os relatórios e contas e os seus *Web Sites* para divulgar diferentes tipos de informação ambiental sendo que os *Web Sites* tendem a apresentar uma maior divulgação de informação ambiental do que os relatórios e contas, dado o aumento do uso da *internet* pelas empresas para comunicar os seus desempenhos.

Verifica-se a crescente elaboração dos relatórios de sustentabilidade segundo o GRI. Contudo, algumas organizações que utilizam o GRI não se comportam de forma responsável face à sustentabilidade (Moneva et al., 2006). Tal como Michelon et al. (2015) consideram que a utilização do GRI não aumenta o processo de *accountability* e a informação divulgada aos *stakeholders*, dado que as empresas podem parecer que efetuam uma ampla divulgação sem aumentar a qualidade da sua divulgação.

O conceito de gestão de risco da reputação permite compreender quer as práticas de relato da responsabilidade social/ambiental corporativa, quer a linguagem utilizada (Craig e Brennan, 2012; Higgins e Walker, 2012).

Constata-se que, geralmente, os estudos sobre relato ambiental centram-se na quantidade ou no conteúdo temático do relato. Contudo, o uso da linguagem constitui uma importante ferramenta para a gestão da opinião pública. Neste sentido, diversos estudos abordaram esta temática como Barkemeyer et al. (2014), Brennan e Merkl-Davies (2014), Craig e Brennan (2012), Higgins e

Walker (2012), Mäkelä e Laine (2011), Laine (2010), Cho et al. (2010), Bebbington et al. (2008).

Já os estudos de Hrasky (2012a) e Jones (2011) analisaram o uso de gráficos e fotografias nos relatórios ambientais e de sustentabilidade. Jones (2011) concluiu que as empresas com elevado impacto ambiental apresentam mais gráficos para a informação ambiental do que as de reduzido impacto ambiental e que existe uma tendência para apresentarem as notícias positivas recorrendo à representação gráfica do que quando estão em causa notícias menos positivas. Já Hrasky (2012a) concluiu que as empresas mais orientadas para a sustentabilidade dependem mais dos gráficos do que as empresas menos sustentáveis. Contudo, existe um número similar na utilização de fotografias.

Assim, as organizações estão a escolher cuidadosamente as imagens a usar nos seus relatórios. No relatório e contas as imagens estão associadas à eficiência técnica e competência de gestão, enquanto nos relatórios ambientais estão associadas a ambientes agradáveis (Crowther et al., 2006). Verifica-se ainda o uso significativo da repetição no RSA, combinado com a narrativa e imagens apelando à memorização e ao sentimento (Pesci et al., 2015).

Ho e Taylor (2007), ao analisarem as divulgações das 50 maiores empresas dos Estados Unidos e Japão face ao *Triple Bottom Line*, constataram que a extensão dos relatórios é significativamente maior, em particular as informações não financeiras, para as empresas de maior dimensão, menor rentabilidade, menor liquidez e de setores industriais. Os relatórios são maiores nas empresas japonesas, sendo a divulgação ambiental o principal dinamizador. Tal pode ser explicado pelas diferenças culturais (Ho e Taylor, 2007) ou devido à ratificação do Protocolo de Quioto e à definição de limites para as emissões de gases com efeitos de estufa (Freedman e Jaggi, 2011).

Vinnari e Laine (2013) concluíram que a redução da extensão RSA, parece ter ocorrido como resultado de pressões económicas e da ineficiência percebida do RSA em aliviar as pressões políticas ou em produzir benefícios. A ineficiência resultou de fatores internos tais como a mudança organizacional, perda dos líderes internos, a falta de ligação aos sistemas de controlo de gestão para atingir os objetivos pretendidos e a falta de pressão externa. Também Bouten e Everaert (2015) e Lodhia e Jacobs (2013) constataram que o RSA resulta das práticas organizacionais e dos seus atores internos.

Neste sentido, a divulgação voluntária do relato ambiental pode resultar de três fatores (Bebbington et al., 2009): as características corporativas (como a dimensão, o sector de atividade e o país de origem) e fatores contextuais internos ou externos.

Barbu et al. (2014a) ao analisarem o relato ambiental obrigatório através das IAS/IFRS. Concluíram que as empresas domiciliadas em países com regulamentos sobre o divulgação ambiental (França e Reino Unido) relatam mais sobre informações ambientais do que as empresas domiciliadas em países com reduzida regulamentação sobre a temática ambiental (Alemanha). Estes resultados sugerem que as IAS/IFRS não são aplicadas de forma consistente entre empresas e entre países, devido às “tradições” e discrepâncias dos requisitos legais de cada país. Contudo, apenas analisaram o ano de 2007 (Wilkins, 2014). Neste sentido, pretendem no futuro, analisar um período longitudinal, entre 2002 e 2012, permitindo abranger o período de aplicação voluntária e obrigatória das IAS/IFRS e os fatores culturais (Barbu et al. 2014b).

Gray (2006), na sua análise sobre a contabilidade e o RSA, argumenta que a ação da *accountability* da empresa é o que pode assegurar a sobrevivência dos acionistas. Já Contrafatto (2014) considera que a institucionalização do conceito de responsabilidade social e ambiental e a criação de uma estrutura formal é que permite aumentar e consolidar as práticas da contabilidade e de RSA tornando-as parte dos processos operacionais.

Um fator importante para a credibilidade do relato ambiental é a sua certificação. Moroney et al. (2012) concluem que a qualidade da divulgação ambiental voluntária é maior para as empresas com os relatórios certificados e que a experiência melhora a qualidade das divulgações ambientais. Já Rankin et al. (2011) concluem que a credibilidade e extensão da divulgação está relacionada com a existência de sistema de gestão ambiental certificado e a utilização do *GRI*. Contudo Michelin et al. (2015) não encontraram uma relação entre a certificação e a qualidade da divulgação, podendo ser interpretada como uma prática simbólica que as empresas utilizam para influenciar as percepções dos *stakeholders* sobre o compromisso corporativo.

Darnall et al. (2009) constataram que a regulamentação interna e os *stakeholders* da cadeia logística influenciam a decisão dos gestores em obter a certificação do relato ambiental. Assim, a certificação do relatório ambiental oferece benefícios duplos ao agregar valor para a gestão e para os seus *stakeholders* (Edgley et al., 2010). Dado que a certificação está positivamente relacionada com a avaliação dos *stakeholders* sobre o valor do RSA (Wong e Millington, 2014).

Constata-se que poucas empresas divulgam informações sobre a biodiversidade (Rimmel e Jonäll, 2013). Embora Siddiqui (2013) considera que a contabilidade da biodiversidade pode ser útil para os governos nas negociações com poderosos *stakeholders* em questões como a assistência financeira após desastres naturais.

#### **4.1.2 Relação entre o relato ambiental e o desempenho organizacional**

Nesta categoria incluímos os estudos que pretendem analisar a relação entre o relato e o desempenho ambiental, social e económico das empresas.

Murray et al. (2006) procuram explorar as relações entre o relato ambiental e o desempenho do mercado financeiro de 100 empresas cotadas no Reino Unido. Os autores concluem que não existe no curto prazo uma associação significativa entre a rendibilidade das ações e o RSA mas num período de nove anos, os maiores níveis de divulgação parecem estar correlacionados com a avaliação de mercado. Já Smolarski e Vega (2013) ao analisarem o impacto dos eventos extremos sobre o risco da rendibilidade e da volatilidade da rendibilidade, nas empresas cotadas, constataram que se a divulgação for entendida como negativa a volatilidade das empresas aumenta, caso seja entendida como positiva a volatilidade de retorno da empresa estabiliza. Ocorrendo um evento extremo, a reação à divulgação terá um impacto significativo na rendibilidade da empresa.

Herbohn et al. (2014) identificaram uma associação positiva significativa entre a divulgação da sustentabilidade e o desempenho da sustentabilidade das empresas. O resultado é consistente com os estudos de Clarkson et al. (2011 e 2008). Contudo, Cho e Patten (2007) e Aerts e Cormier (2009), identificaram uma relação negativa entre o relato ambiental e o desempenho ambiental da empresa.

Cho et al. (2012a) analisaram em que medida o desempenho ambiental é refletido na percepção da reputação ambiental da empresa e se a divulgação ambiental serve para mediar os aspetos negativos de um fraco desempenho ambiental. Os autores concluem que o desempenho ambiental está relacionado negativamente com o índice de reputação e ser membro do Índice Dow Jones Sustainability (IDJS), e o nível de divulgação ambiental. Constataram ainda que existe uma relação significativamente positiva entre a divulgação e o índice de reputação e ser membro do IDJS, ou seja, integrar o IDJS influencia positivamente a percepção da reputação. Assim, a divulgação ambiental é apresentada como uma ferramenta de gestão do risco de reputação. Os resultados estão em consonância com Cho e Patten (2007) e Cowan e Deegan (2011).

Segundo Schneider (2011) o desempenho ambiental de uma empresa reflete-se no valor das ações, dado que, caso ocorra um fraco desempenho ambiental, existe um risco significativo de queda do valor das ações devido aos custos de limpeza e de conformidade, existindo uma maior preocupação dos gestores e investidores pelo efeito do desempenho ambiental no valor da empresa. Já Bozzolan et al. (2015) constataram que um bom desempenho da responsabilidade social corporativa pode reduzir o custo do capital da empresa e aumentar o seu valor. Os autores concluíram ainda que o desempenho da responsabilidade social tem diferentes impactos no custo de capital face aos regimes legais dos países. Contudo Cho et al. (2015b) concluíram que a divulgação da responsabilidade social corporativa não está positivamente associada a diferenças no valor da empresa.

Neste sentido, partilhamos da opinião de Hopwood (2009) que a contabilidade pode ter um papel importante face ao ambiente e à sustentabilidade, dado que as questões ambientais devem ser incluídas nas atividades dos contabilistas tendo em consideração que o risco ambiental é uma componente do risco de falência (Schneider, 2011). Contudo, “a contabilidade financeira, per si, não tem óbvios interesses em questões ambientais” (Gray, 2013:460). Já Ball (2007) considera que a CSA é utilizada pelos empregados para dar uma resposta organizacional às questões ambientais.

Burnett e Hansen (2008) examinam a relação entre o desempenho ambiental e a eficiência produtiva da indústria de eletricidade dos Estados Unidos. Os resultados evidenciam que uma gestão ambiental proactiva permite reduzir os custos ambientais e pode contribuir para a adoção de um sistema de gestão de custos ambientais.

Henri e Journeault (2010) procuram compreender se um método de controlo financeiro é estratégico para a gestão ambiental influenciar o desempenho económico e ambiental. Os autores concluem que não existe um efeito direto do recurso a um método de controlo financeiro sobre o desempenho económico. Contudo, verificam uma relação indireta entre o desempenho ambiental e o desempenho económico em contextos específicos como seja em empresas de elevada exposição ambiental, elevada visibilidade pública, elevada preocupação ambiental e grande dimensão.

Magness (2006), após um acidente ambiental, procurou compreender se o desempenho financeiro, baseado no poder dos *stakeholders*, influencia as práticas de relato. A autora concluiu que as empresas pressionadas pela regulamentação divulgam mais informação ambiental, bem como as empresas mais visíveis publicamente e que procuram financiamento externo. Realça ainda que as empresas utilizam as informações não financeiras para a gestão das perceções dos *stakeholders*. Contudo, não há evidência que o conteúdo do relato seja influenciado pelo desempenho financeiro.

Cho et al. (2010), ao analisarem o uso da linguagem nas práticas de relato ambiental e o desempenho ambiental, constataram que as empresas mudam o seu discurso face ao desempenho ambiental da empresa. Assim, as empresas com pior desempenho ambiental utilizam linguagem otimista nas suas divulgações ambientais. Já Cowan e Deegan (2011) constataram que as empresas com perceção de pior desempenho ambiental têm uma propensão para maior divulgação de informações sobre as emissões de carbono.

Relativamente às emissões de carbono Matsumura et al. (2014) concluíram que o mercado penaliza as empresas pelas suas emissões de carbono e pela não divulgação das suas emissões. Assim, a divulgação bem como as próprias emissões de carbono afetam o valor da empresa.

Embora seja geralmente aceite na literatura a existência de uma associação positiva entre o desempenho ambiental e o desempenho económico, os resultados dos estudos analisados não são conclusivos.

### 4.1.3 Bases teóricas

Constatamos que alguns estudos adotam uma ou múltiplas teorias como fator explicativo das práticas de RSA e dos comportamentos das organizações face ao ambiente. Das teorias a que os diferentes autores recorrem destacam-se a da Legitimidade, a dos *Stakeholders*, a Institucional, a da Divulgação Voluntária e a da Sinalização. Estas diferentes perspetivas teóricas disponibilizam informações diferentes e por vezes complementares para a compreensão das práticas corporativas.

#### 4.1.3.1 Teoria da Legitimidade e a Teoria dos *Stakeholders*

Diversos investigadores têm aplicado a Teoria da Legitimidade para explicar as práticas de RSA. Segundo Cho e Patten (2007), a Teoria da Legitimidade sugere que o RSA é a resposta das empresas à pressão política e social procurando legitimar a sua atividade a longo prazo, estabelecendo um “contrato social” voluntário.

Assim, De Villiers e Staden (2006) concluem que, em reação a essas pressões, as empresas alteram o tipo (específica/geral) a extensão (aumentam/diminuem) da informação ambiental de modo a preservarem a sua imagem e a sua legitimidade. Esta é uma preocupação de Hopwood (2009) de que as divulgações ambientais possam estar a ser usadas para construir uma imagem diferente da organização para a proteger das pressões externas.

Cho et al. (2008) recorreram a uma amostra de companhias químicas e petrolíferas que efetuam donativos políticos para influenciar os legisladores com o objetivo de reduzir ou atenuar o peso dos regulamentos ambientais e, consequentemente reduzir a pressão política e a sua exposição pública. Os autores concluem que as empresas procuram evitar sanções derivadas da não conformidade com a legislação existente no ambiente institucional de modo a que a sua legitimidade não seja afetada. Também Tregidga et al. (2014) constataram que as organizações conseguiram opor-se à mudança substantiva através de um aparente processo de transformação de identidade para evitar regulamentação mais exigente. Já Rodrigue (2014) constatou que a dinâmica de divulgação sobre questões ambientais é constituída por múltiplos padrões (confirmação, complementar, oposição e combinado). Os padrões estão relacionados com as diferentes interações com os *stakeholders*.

Segundo Hassan e Kouthy (2013), o RSA efetuado pelas empresas de petróleo, por vezes, não reflete os impactos sociais e ambientais locais, exceto quando estão expostas. Conclusão partilhada por Buccina et al (2013) que ao analisarem as estratégias de divulgação sobre os passivos ambientais resultantes da exploração de petróleo no Equador. Constataram que a empresa apenas divulgou esses passivos após “publicidade” negativa sobre o caso, tendo focado o seu discurso nos acionistas para manter a legitimidade nos Estados Unidos.

Brennan e Merkl-Davies (2014) ao analisarem as notas de imprensa da Greenpeace e de seis marcas de roupa desportiva, sobre a utilização de determinados químicos nos seus processos produtivos. Concluíram que a linguagem desempenhou um papel importante na resolução do conflito, bem como o poder da “publicidade” negativa contribuiu para as empresas assumirem o compromisso de eliminarem o uso dos produtos químicos.

Assim, práticas de RSA correspondem à gestão do risco de reputação ou à resposta a pressões da comunidade ou a interesses institucionais (Parker, 2011; Loh et al., 2015). Neste sentido, as práticas de comunicação corporativas consistem numa estratégia para legitimar uma imagem de responsabilidade ambiental. A divulgação pode ser interpretada como a gestão das pressões dos *stakeholders* e da exposição das organizações (Campbell et al., 2006).

Archel et al. (2009) recorrem à teoria da legitimidade para concluir que a empresa procura legitimar um novo processo de produção através da “manipulação” das perceções sociais e do alinhamento ideológico com o Estado. Já Lanis e Richardson (2013) verificaram uma associação estatisticamente significativa entre a agressividade fiscal das empresas e a divulgação da responsabilidade social corporativa, sendo consistente com a teoria da legitimidade dada a maior consciencialização pública sobre os impostos enquanto parte da responsabilidade social empresarial.

A Teoria dos *Stakeholders* considera a interação e a comunicação entre a organização e os seus *stakeholders*.

Herbohn et al. (2014) identificaram uma relação positiva entre a divulgação da sustentabilidade é o desempenho sustentável das empresas. Este resultado é consistente com a teoria dos *stakeholders* onde as empresas com melhores desempenhos, em média, divulgam mais sobre o seu desempenho da sustentabilidade.

Mahadeo et al. (2011), recorrendo às teorias da legitimidade e dos *stakeholders*, analisaram as empresas cotadas da Mauritânia. Concluem que houve um significativo mas seletivo crescimento da quantidade e qualidade do RSA, o que está relacionado com a necessidade das empresas demonstrarem o seu compromisso com objetivos sociais (legitimidade moral) e com a necessidade de gerir a sua relação com alguns *stakeholders* específicos (legitimidade pragmática), sendo ainda uma resposta às críticas sobre corrupção e as práticas empresariais pouco éticas.

Em consonância com estudos prévios, constatamos que o RSA é uma ferramenta dos gestores para transmitirem à Sociedade que a organização se comporta de acordo com as suas normas e valores. Neste sentido, a motivação para a emissão dos relatórios autónomos de responsabilidade social corporativa é suportada pela teoria da legitimidade (Thorne et al., 2014; Bebbington et al., 2008), bem como, na relação das perceções dos seus *stakeholders* (Thorne et al., 2014).

O estudo de Coetzee e Standen (2011) demonstra que as empresas reagem às ameaças de perda de legitimidade através do aumento da divulgação de informação ambiental e, em particular, sobre segurança ambiental, após a ocorrência de acidentes. Cho (2009) obteve os mesmos resultados.

Harsky (2012b) avaliou se as empresas ajustaram as suas divulgações relacionadas com as pegadas de carbono numa perspetiva de legitimação, tendo concluído que o nível de divulgação tem vindo a aumentar e que os setores intensivos em carbono estão a mudar a sua divulgação para uma estratégia de legitimação moral, ao refletirem nos relatórios as ações que desenvolvem para reduzirem a pegada de carbono.

Liesen et al. (2015) ao analisar se as pressões dos *stakeholders* influenciam o relato corporativo das emissões de gases com efeitos de estufa, no período de 2005 a 2009, em 431 empresas europeias cotadas. Concluem as empresas respondem à pressão externa dos *stakeholders*, sendo consistente com a teoria dos *stakeholders*, bem como, as empresas respondem através de divulgação incompleta, eventualmente por ser voluntária, permitindo ter uma função simbólica de legitimação. Também Cho et al. (2010) concluíram que as empresas efetuam alguma divulgação numa aparente tentativa de aumentar a legitimidade corporativa.

Chelli et al. (2014) ao analisarem a reação de 24 empresas francesas cotadas após a introdução da “New Economic Regulations”, lei francesa, que requer a divulgação de informação ambiental pelas empresas cotadas. Concluem que a lei mudou positivamente o nível de divulgação de informação ambiental. Os resultados são consistentes com a visão institucional da teoria legitimidade dado que as empresas passaram a cumprir a lei para garantir a

legitimidade organizacional. Este resultado é reforçado pelo facto da lei não incluir penalidades para o seu incumprimento.

#### **4.1.3.2 Teoria Institucional**

O conceito de legitimidade e a procura de legitimação têm sido focados pela Teoria Institucional. Esta teoria procura identificar e analisar as pressões institucionais que permitem explicar os comportamentos e as práticas das organizações. DiMaggio e Powell (1983) consideram que as organizações apenas conseguem sobreviver através de uma mudança isomórfica, que ocorre por via de três mecanismos: isomorfismo coercivo; isomorfismo normativo e isomorfismo mimético.

Laine (2009) pretende compreender como o relato ambiental é utilizado como resposta às pressões institucionais decorrentes do contexto social. Para o efeito, analisa as divulgações ambientais, de 1972 a 2005, de uma empresa química finlandesa. Conclui que as práticas de relato têm-se alterado face às mudanças do contexto social e institucional como resposta às pressões institucionais para manter a sua legitimidade junto da sociedade.

Já Cowan e Deegan (2011) referem que a regulamentação ambiental pode agir como impulsionador para as mudanças nas práticas de relato ambiental (isomorfismo coercivo), tendo ocorrido um aumento significativo das divulgações das emissões no relatório e contas, apesar da qualidade da divulgação ser questionável. Também Comyns e Figge (2015) constataam que a legitimidade pode ser alcançada mesmo com relatórios de sustentabilidade de menor qualidade. Neste sentido, consideram que a introdução de regulamentação pode melhorar os relatórios.

Frost (2007), analisando antes e após a introdução de legislação específica, concluiu que a pressão institucional e a nova legislação (isomorfismo coercivo), resultou num aumento significativo do nível do relato ambiental, que induziu o aumento da divulgação de carácter obrigatório em detrimento da divulgação voluntária.

Lynch (2010) verificou que alguns departamentos governamentais australianos diminuíram o nível de relato devido à falta de pressão externa. Já Deegan e Blomquist (2006) concluem que os grupos de interesses influenciam as práticas de relato gerando um fenómeno positivo de mimetismo ou isomorfismo mimético. Também Contrafatto (2014) constatou que o primeiro relatório ambiental da empresa resultou da dinâmica interna organizacional devido a influências (normativas e miméticas) exercidas por fatores institucionais.

#### **4.1.3.3 Teoria da Divulgação Voluntária e Teoria da Sinalização**

A Teoria da Divulgação Voluntária ou a Teoria da Sinalização sugerem que as empresas utilizam a informação para sinalizar os seus valores face a questões sociais e ambientais procurando assegurar que os *stakeholders* tenham conhecimento do tratamento dessas questões pelas empresas (Clarkson et al. 2011 e 2008).

Nesta perspetiva, Mahoney et al. (2013) consideram que existem duas orientações, sinalização ou “lavagem ecológica”, para a divulgação dos relatórios autónomos de responsabilidade social. Para a sinalização, as empresas divulgam o relatório como sinal do seu elevado compromisso. Já a “lavagem ecológica”, as empresas utilizam o relatório para se apresentarem como “bons” cidadãos corporativo. Assim, a teoria da Sinalização pode explicar a motivação para emissão dos relatórios autónomos, após experiências negativas com os *media* (Thorne et al. 2014; Bebbington et al. 2008).

Clarkson et al. (2008) ao avaliarem o nível voluntário da divulgação ambiental nos relatórios ambientais e *web sites* de 191 empresas dos Estados Unidos. Os autores concluem que existe uma associação positiva entre o desempenho ambiental e o nível de divulgações ambientais voluntárias, sendo este resultado consistente com a teoria de divulgação voluntária. De referir que detetaram ainda que a dimensão da empresa, as necessidades de financiamento, o endividamento e a aquisição recente de ativos estão significativamente relacionadas com o nível de relato ambiental.

Já Clarkson et al. (2011) concluem que as empresas com maior índice de poluição são as que divulgam mais informações sobre o ambiente, sendo consistente com a teoria dos *stakeholders* e da legitimidade, mas contrariando a Teoria da Divulgação Voluntária. Este estudo completa Frost (2007) que abordou o relato obrigatório.

Cho et al. (2012b) procuraram compreender porque as empresas divulgam as despesas ambientais, através da análise do relatório ambiental 10-K, no período de 1996 a 2005, de 119 empresas cotadas. Concluem que tanto as empresas que divulgam como as que não divulgam estão a melhorar o seu desempenho ambiental. Constatam ainda que a divulgação não é efetuada para sinalizar um pior desempenho ambiental no futuro como sugere a teoria da divulgação voluntária. Contudo, importa ter em consideração as motivações corporativas.

#### 4.2 Metodologia e origem dos dados

A maioria dos artigos da nossa amostra visa a análise da informação ambiental divulgada pelas empresas nos seus relatórios e contas e nos relatórios de sustentabilidade/ambientais sendo a metodologia mais comum a análise de conteúdo (ver tabela 2), tal como em Deegan (2017) e Eugénio et al. (2010). Contudo, este método apresenta algumas limitações face à subjetividade na interpretação da informação recolhida e na decisão de inclusão numa das categorias definidas.

Assim, alguns estudos da amostra desenvolvem grelhas, tendo por base o GRI, para determinarem o índice de relato ambiental. Como exemplo, Clarkson et al. (2008) que consideraram 95 itens repartidos por 7 categorias - estrutura de governação e sistemas de gestão, credibilidade, indicadores de desempenho ambiental, gastos ambientais, visão e estratégia, perfil ambiental e iniciativas ambientais. De realçar, o estudo de Barbu et al. (2014a) que é o único que considera as IAS/IFRS.

Na análise verifica-se um aumento das investigações que utilizam as entrevistas complementarmente à análise de conteúdo. Constata-se ainda que a maioria dos estudos são empíricos, tal como Mathews (2003). Resume-se na tabela 2 a tipologia dos estudos analisados.

**Tabela 2 – Metodologias utilizadas**

	Análise Conteúdo	Análise Conteúdo + Entrevista	Entrevista	Inquérito	Modelos Estatísticos	Literatura/ Teórico/ Comentário	Total
Artigos	61 38%	14 9%	17 10%	10 6%	11 7%	48 30%	161 100%

Fonte: Elaboração Própria.

A abordagem longitudinal permite analisar as possíveis relações entre o contexto e o comportamento da divulgação de informação ambiental. Diversos trabalhos recorrem a esta abordagem, como são os casos de Liesen et al. (2015); Belal e Owen (2015); Loh et al. (2015); Comyns e Figge (2015); Tregidga et al. (2014); Chelli et al. (2014); Hassan e Kouthy (2013);

Vinnari e Laine, (2013); Lodhia e Jacobs, (2013); Cho et al. (2012b); Mäkela e Laine (2011); Clarkson et al. (2011); Islam e Deegan (2010); Tilling e Tilt (2010); Samkin e Schneider (2010); Lynch (2010); Laine (2010, 2009); Camara et al. (2009); Islam e Deegan (2008); Freedman e Stagliano (2008); Frost (2007); Campbell et al. (2006); De Villiers e Staden (2006); Murray et al. (2006).

A maioria dos estudos utiliza o relatório e contas como fonte para a recolha de informação sobre relato ambiental, dada a sua credibilidade, regularidade, facilidade de acesso e utilidade para os diferentes *stakeholders*, como são os casos de: Loh et al. (2015); Lanis e Richardson, (2013); Bouten et al. (2011); Cowan e Deegan, (2011); Lynch (2010); Cho et al. (2010); Tiling e Tilt (2010); Islam e Deegan (2010); Samkin e Schneider (2010); Laine (2010, 2009); Islam e Deegan (2008); Guthrie et al. (2008); Frost (2007); Murray et al. (2006); De Villiers e Staden (2006).

Contudo, as empresas começam a utilizar outros meios de divulgação da informação, como sejam: as declarações do CEO, os relatórios de sustentabilidade ou ambientais ou de responsabilidade social, brochuras institucionais, as notícias dos media, *press releases* e *Websites* (Liesen et al., 2015; Rodrigue, 2014; Chelli et al., 2014; Van Liempd e Busch, 2013; Lodhia e Jacobs, 2013; Moroney et al., 2012; Joseph e Taplin 2011; Clarkson et al. 2011; Ten-Elijido et al. 2010; Aerts e Cormier, 2009; Laine, 2009; Guthrie et al. 2008; Grosser e Moon, 2008).

De referir que alguns estudos, para diminuir a possível subjetividade do método de análise de conteúdo, recorrem complementarmente a entrevistas aos gestores, aos profissionais da contabilidade ou a diferentes grupos de *stakeholders* como são os casos dos trabalhos de Belal e Owen (2015); Thomson et al. (2014); Contrafatto (2014); Rimmel e Jonäll (2013); Vinnari e Laine (2013), Bebbington et al. (2012), O'Sullivan e O'Dwyer (2009), Grosser e Moon (2008), Islam e Deegan (2008).

Existem ainda estudos que utilizam apenas questionários (Thoradeniya et al., 2015; Wong e Millington, 2014; Thorne et al., 2014; Williams et al., 2011; Kuruppu e Milne, 2010; Henri e Journeault, 2010) ou unicamente entrevistas (Momin, 2013; Beddewela e Herzig, 2013; Monfardini et al., 2013; Belal e Cooper, 2011; O'Dwyer, 2011; Qian et al., 2011; Jones e Solomon, 2010; Edgley et al., 2010; Bebbington et al., 2009; Farneti e Guthrie, 2009; Belal e Owen, 2007; Spence, 2007; Solomon e Solomon, 2006; Deegan e Blomquist, 2006).

Dos estudos analisados, as amostras de maior dimensão variam entre 1447 empresas com 100 ou mais empregados, tendo obtido 330 respostas ao questionário (Henri e Journeault, 2010), 510 empresas (Mahoney et al., 2013) 200 empresas da Austrália (Hrasky, 2012a), 339 empresas cotadas do sector extrativo e de energia da Austrália (Herbohn et al., 2014), 191 empresas dos Estados Unidos (Clarkson et al., 2008), 190 empresas (Cho et al., 2010), 187 empresas (Rankin et al., 2011), 158 empresas não financeiras (Aerts e Cormier, 2009) e 119 empresas cotadas (Cho et al., 2012b). No sector público destacamos os estudos com 190 governos locais (Williams et al., 2011) e 139 autoridades locais (Joseph e Taplin, 2011).

### **4.3 Sector de atividade e país**

Diversos estudos concluem ou defendem que o sector de atividade é um fator que influencia as práticas de RSA (Monteiro e Guzman, 2010; Branco e Rodrigues, 2008). As empresas de sectores mais sensíveis a riscos ambientais e expostos a regulamentação, tais como o sector químico, a indústria de papel, as petrolíferas, a metalomecânica, a indústria extrativa e de eletricidade (Michelon et al., 2015; Herbohn et al., 2014; Barbu et al., 2014a; Cho et al., 2012b;

Coetzee e Staden, 2011; Freedman e Jaggi, 2011; Clarkson et al., 2011 e 2008; Aerts e Cormier, 2009; Laine, 2010 e 2009; Cho, 2009; Freedman e Stagliano, 2008; Cho et al., 2008; Burnett e Hansen, 2008; Frost, 2007; De Villiers e Staden, 2006; Deegan e Blomquist, 2006; Magness, 2006), tendem a divulgar mais informação do que as empresas que não estão tão sujeitas a esses riscos e, conseqüentemente, à pressão da comunidade, em geral, e do Estado, em particular.

Cho et al. (2015b) concluíram que a relação entre os fatores de legitimidade para as diferenças de RSA permanecem inalterados ao longo do tempo, para o tamanho da empresa e os setores sensíveis ao ambiente. Contudo o nível de RSA entre as empresas de sectores considerados sensíveis para o ambiente e os restantes setores tem vindo a decrescer. Patten e Zhao (2014) argumentam que as empresas elaboram os seus relatórios autónomos tendo por base os referenciais do GRI, com maior ênfase as informações ambientais, até mesmo as empresas de sectores não considerados críticos. Por exemplo, as empresas de retalho dos Estados Unidos, em média, disponibilizaram mais informações ambientais do que sociais. Contudo Cho e Patten (2007) constataram que a divulgação é maior nas empresas que operam em sectores considerados sensíveis para o ambiente e que a extensão da informação ambiental monetária é significativamente maior do que semelhantes divulgações dos melhores desempenhos.

Rankin et al. (2011) defendem que as empresas que divulgam informações mais credíveis são tendencialmente de grande dimensão (maior exposição) e da indústria extrativa e de eletricidade. Também De Villiers e Staden, (2006) consideram as empresas com operações que modificação o ambiente, como o sector extrativo, as mais propensas a divulgar mais informações ambientais.

Assim, o enquadramento sectorial das organizações é importante para compreender determinados objetivos, estratégias e capacidades relativamente às práticas de relato ambiental. Este fator permite, igualmente, criar grupos de observação no sentido de identificar semelhanças e diferenças entre os grupos de empresas de sectores distintos. A literatura sugere que as empresas do mesmo sector de atividade possuem práticas de divulgação semelhantes (Branco e Rodrigues, 2008), ou seja, isomorfismo mimético.

Alguns estudos não tomam em consideração o sector de atividade mas fatores como a dimensão (mais de 100 trabalhadores) (Henri e Journeault, 2010) e o facto de serem cotadas em bolsa (Liesen et al. (2015); Barbu et al., 2014a; Hrasky, 2012a; Cho et al., 2012b; Mahadeo et al. 2011; Bouten et al. 2011; Jones, 2011; Cho et al. 2010; Grosser e Moon, 2008; Frost, 2007; Spence, 2007; Cho e Patten, 2007; Clatworthy e Jones, 2006; Murray et al. 2006), dado que representa a pressão social, uma vez que estão sujeitas a maior público e escrutínio dos *media* (Luo et al., 2012).

Importa salientar, a crescente investigação envolvendo organizações governamentais Thomson et al., 2014; Lodhia e Jacobs, 2013; Monfardini, et al., 2013; Qian et al., 2011, Joseph e Taplin, 2011; Williams et al., 2011; Samkin e Schneider, 2010; Lynch, 2010, tendência identificada por Parker (2011) e Mata et al. (2015).

No que respeita aos países mais analisados, os nossos resultados permitem destacar o peso dos artigos sobre países, predominantemente, Anglo-saxónicos, tal como Eugénio et al. (2010): Estados Unidos (17), Austrália (20), Reino Unido (14), Canadá (6), Bangladesh (6), Nova Zelândia (5), Finlândia (4), Africa do Sul (4), Malásia (3), Itália (3), Espanha (2), Bélgica (2), França (2), Sri Lanka (2). O país de origem está, na maioria dos casos, associado com o país de filiação dos autores.

Importa destacar a análise de países em desenvolvimento, como o Bangladesh ou o Sri Lanka. Verifica-se que as motivações para as práticas de RSA no Bangladesh podem ser explicadas pela pressão dos clientes ocidentais, dos *media* e institucional, por via da imposição de políticas

operacionais e de códigos de conduta (isomorfismo coercivo) (Islam e Deegan, 2008; Islam e Deegan, 2010). Conclusão partilhada por Momin (2013) e Belal et al. (2015) que realçam o papel das ONG e dos fundos internacionais dada a vulnerabilidade do país, com altos níveis de pobreza, falta de governança, dependência de ajuda externa e elites políticas e empresariais cúmplices em corrupções. Já Belal e Cooper (2011) acrescentam ainda a falta de requisitos legais, o imperativo do lucro, o mau desempenho e o receio da má reputação para justificar a ausência de relatórios de responsabilidade social corporativos. Concluindo que servem os interesses corporativos e beneficiam os *stakeholders* com poder como as administrações e os acionistas.

Neste sentido, Belal e Owen (2015) concluem que a variação, aumento ou diminuição, do RSA de uma subsidiária de multinacional europeia do setor do tabaco, resulta da combinação complexa de forças globais (influência da casa mãe, a organização mundial de saúde e instituições internacionais) e locais (a política de tabaco do governo, os *media* e uma ONG).

Relativamente ao Sri Lanka, Beddewela e Herzig (2013) concluem que as subsidiárias de empresas multinacionais, estão mais preocupadas com as sedes nos países desenvolvidos, ao ponto de ignorarem as preocupações dos *stakeholders* locais, dada a ausência de pressões externas coercivas resultantes dos efeitos restritos do isomorfismo normativo. Já Thoradeniya et al. (2015) constataram que a atitude dos gestores das empresas cotadas, face ao relatório de sustentabilidade, é influenciada pela crença na pressão dos *stakeholders*.

De referir ainda que foram analisados dados de outros países como: Dinamarca, Suécia, Holanda, Escócia, Mauritânia, Nigéria, e Singapura. Na amostra encontramos estudos que efetuam uma análise comparativa entre países, como a Alemanha, França e Reino Unido (Barbu et al., 2014a), da Alemanha, França, Reino Unido, Canadá, Japão, Estados Unidos e a Índia (Freedman e Jaggi, 2011), da Coréia do Sul, Malásia, Filipinas, Tailândia e Indonésia (Loftus e Purcell, 2008), do Canadá com os Estados Unidos (Aerts e Cormier, 2009), do Japão e os Estados Unidos (Luo et al., 2012), da Espanha e Reino Unido (Bebbington et al., 2012), bem como estudos que envolvem mais de 20 países (Bozzolan et al., 2015, Luo et al., 2012).

As práticas de relato ambiental das organizações são específicas de cada país dado o contexto legal, social, económico, cultural e político em que atuam.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre relato ambiental centra-se predominantemente em informação ambiental divulgada voluntariamente através dos relatórios corporativos e outros meios de comunicação utilizados pelas organizações, procurando testar teorias que expliquem os fatores que influenciam as práticas de relato ambiental.

Relativamente à metodologia de investigação prevalece a análise de conteúdo dos relatórios e contas e/ou relatórios ambientais, relatórios de sustentabilidade, *web sites*, *press releases*, declarações dos *CEO* tendo como âmbito de aplicação uma amostra de empresas de um ou mais países, sendo predominante o estudo de empresas de grande dimensão, cotadas em bolsa, pertencentes a sectores de atividade sensíveis ao ambiente (extração de minério, indústria química, petróleo, celulose ou de pasta de papel e de eletricidade).

A maioria dos estudos analisam empresas de sectores sensíveis ao ambiente. Assim, obtemos sempre resultados com impacto (negativo) na Sociedade. E os restantes setores não terão também impactos (negativos) no Ambiente?

A Teoria da Legitimidade e a Teoria dos *Stakeholders* são as perspectivas predominantes nos estudos para explicar as práticas de RSA.

Os estudos, apesar de incidirem sobre diversas áreas geográficas, tendem a privilegiar como objeto de análise países anglo-saxônicos, como os Estados Unidos, Reino Unido e Austrália, resultante dos países de origem dos autores. De realçar os estudos sobre países em desenvolvimento como o Equador, Nigéria, Sri Lanka ou o Bangladesh que evidenciam a vulnerabilidade e a exploração das comunidades locais e a necessidade de existirem mais estudos que exponham estas situações que permitam melhorar o RSA.

Consideramos que este estudo contribui para o conhecimento do estado da arte da investigação na área da CSA, através da sistematização dos resultados, das metodologias utilizadas na investigação publicada, no período de 2006 a 2015, no conjunto dos *journals* selecionados para a análise.

Apesar dos resultados obtidos serem congruentes com estudos similares, estamos conscientes que o estudo apresenta algumas limitações. Na lista de *journals* não foram consideradas as revistas específicas da área da CSA, como por exemplo, o *Journal of the Asia Pacific Centre For Environmental Accountability* e o *Social and Environmental Accountability Journal*, *Advances in Environmental Management and Accounting*, e na seleção dos artigos existe a subjetividade inerente à decisão do investigador.

Em futuras investigações julgamos relevante assegurar uma maior abrangência dos *journals* analisados, nomeadamente incluindo publicações não anglo-saxónicas.

Partilhamos da opinião de Deegan (2017) que devemos ter um compromisso com a sociedade e o ambiente, contribuindo positivamente para a melhoria do relato, da *accountability* e do estado do ambiente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aerts, W. e Cornier, D. 2009. Media legitimacy and corporate environmental communication. *Accounting, Organizations and Society*, 34, 1-27.

Aguiar, T. e Bebbington, J. 2014. Disclosure on climate change: Analysing the UK ETS effects. *Accounting Forum*, 38, 227-240.

Archel, P., Husillos, J. Larrinaga, C. e Spence, C. 2009. Social disclosure, legitimacy theory and the role of the state. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 22, 1284-1307.

Ball, A. 2007. Environmental accounting as workplace activism. *Critical Perspectives on Accounting*, 18, 759-778

Barbu, E., Dumontier, P., Feleaga, N. e Feleaga, L. 2014a. Mandatory environmental disclosures by companies complying with IASs/IFRSs: The cases of France, Germany and the UK. *The International Journal of Accounting*, 49, 231-247.

Barbu, E., Dumontier, P., Feleaga, N. e Feleaga, L. 2014b. A proposal of an international environmental reporting grid: What interest for policymakers, regulatory bodies, companies, and researchers? Reply to discussion of "Mandatory environmental disclosures by companies complying with IASs/IFRSs: The cases of France, Germany and the UK". *The International Journal of Accounting*, 49, 253-262.

Barkemeyer, R., Comyns, B., Figge, F. e Napolitano, G. 2014. CEO statements in sustainability reports: Substantive information or background noise?. *Accounting Forum*, 38, 241-257.

Bebbington, J., Higgins, C. e Frame, B. 2009. Initiating sustainable development reporting: evidence from New Zealand. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 4, 588-625.

- Bebbington, J., Kirk, E. e Larrinaga, C. 2012. The production of normativity: A comparison of reporting regimes in Spain and the UK. *Accounting, Organizations and Society*, 37, 78-94.
- Bebbington, J., Larrinaga, C. e Moneva, J. 2008. Corporate social reporting and reputation risk management. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 21, 337-361.
- Beddewela, E. e Herzig, C. 2013. Corporate social reporting by MNCs' subsidiaries in Sri Lanka. *Accounting Forum*, 37, 135-149.
- Belal, A. e Cooper, S. 2011. The absence of corporate social responsibility reporting in Bangladesh. *Critical Perspectives on Accounting*, 22, 654-667.
- Belal, A. e Owen, D. 2007. The views of corporate managers on the current state of, and future prospects for, social reporting in Bangladesh. An engagement-based study. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 20, 472-494.
- Belal, A. e Owen, D. 2015. The rise and fall of stand-alone social reporting in multinational subsidiary in Bangladesh. A case study. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 28, 1160-1192.
- Belal, A., Cooper, S. e Khan, N. 2015. Corporate environmental responsibility and accountability: What chance in vulnerable Bangladesh? *Critical Perspectives on Accounting*, 33, 44-58.
- Bouten, L. e Everaert, P. 2015. Social and environmental reporting in Belgium: 'Pour vivre heureux, vivons cachés'. *Critical Perspectives on Accounting*, 33, 24-43.
- Bouten, L., Everaert, P., Liedekerke, L., Moor, L. e Christiaens, J. 2011. Corporate social responsibility reporting: A comprehensive picture?. *Accounting Forum*, 35, 187-204.
- Bozzolan, S., Frabrizi, M., Mallin, C. e Michelon, G. 2015. Corporate social responsibility and earnings quality: International evidence. *The International Journal of Accounting*, 50, 361-396.
- Branco, M. e Rodrigues, L. 2008. Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies. *Journal of Business Ethics*, 83, 685-701.
- Brennan, N. e Merkl-Davies, D. 2014. Rhetoric and argument in social and environmental reporting: the Dirty Laundry case. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27, 602-633.
- Buccina, S., Chene, D. e Gramlich, J. 2013. Accounting for environmental impacts of Texaco's operations in Ecuador: Chevron's contingent environmental liability disclosures. *Accounting Forum*, 37, 110-123.
- Burnett, R. e Hansen, D. 2008. Ecoefficiency: Defining a role for environmental cost management. *Accounting, Organizations and Society*, 33, 551-581.
- Camara, M., Chamorro, E. e Moreno, A. 2009. Stakeholder Reporting: The Spanish Tobacco Monopoly (1887-1986). *European Accounting Review*, 18, 697-717.
- Campbell, D., Moore, G. e Shrives, P. 2006. Cross-sectional effects in community disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 19, 96-114.
- Chelli, M., Durocher, S. e Richard, J. 2014. France's new economic regulations: insights from institutional legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27, 283-316.
- Cho, C. 2009. Legitimation strategies used in response to environmental disaster: A French case study of Total SA's Erika and AZF incidents. *European Accounting Review*, 18, 33-62.
- Cho, C. e Patten, D. 2007. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. *Accounting, Organizations and Society*, 32, 639-647.
- Cho, C., Chen, J. e Roberts, R. 2008. The politics of environmental disclosure regulation in the chemical and petroleum industries: Evidence from the Emergency Planning and Community Right-to-Know Act of 1986. *Critical Perspectives on Accounting*, 19, 450-465.
- Cho, C., Freedman, M. e Patten, D. 2012b. Corporate disclosure of environmental capital expenditures. A test of alternative theories. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 25, 486-507.

- Cho, C., Guidry, R., Hageman, A. e Patten, D. 2012a. Do actions speak louder than words? An empirical investigation of corporate environmental reputation. *Accounting, Organizations and Society*, 37, 14-25.
- Cho, C., Laine, M., Roberts, R. e Rodrigue, M. 2015a. Organized hypocrisy, organizational façades, and sustainability reporting. *Accounting, Organizations and Society*, 40, 78-94.
- Cho, C., Michelon, G., Patten, D. e Roberts, R. 2015b. CSR disclosure: the more things change...?. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 28, 14-35.
- Cho, C., Roberts, R., e Patten, D. 2010. The language of US corporate environmental disclosure. *Accounting, Organizations and Society*, 35, 431-443.
- Clarkson, P., Li, Y., Richardson, G. e Vasvari, F. 2008. Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis. *Accounting, Organizations and Society*, 33, 303-327.
- Clarkson, P., Overell, M. e Chapple, L. 2011. Environmental reporting and its relation to corporate environmental performance. *ABACUS*, 47, 27-60.
- Clatworthy, M. e Jones, M. 2006. Differential patterns of textual characteristics and company performance in the chairman's statement. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 19, 493-511.
- Coetzee, C. e Staden, C. 2011. Disclosure responses to mining accidents: South African evidence. *Accounting Forum*, 35, 232-246.
- Comyns, B. e Figge, F. 2015. Greenhouse gas reporting quality in the oil and gas industry. A longitudinal study using the typology of "search", "experience" and "credence" information. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 28, 403-433.
- Contrafatto, M. 2014. The institutionalization of social and environmental reporting: An Italian narrative. *Accounting, Organizations and Society*, 39, 414-432.
- Cowan, S. e Deegan, C. 2011. Corporate disclosure reactions to Australia's first national emission reporting scheme. *Accounting and Finance*, 51, 409-436.
- Craig, R. e Brennan, N. 2012. An exploration of the relationship between language choice in CEO letters to shareholders and corporate reputation. *Accounting Forum*, 36, 166-177.
- Crowther, D., Carter, C. e Cooper, S. 2006. The poetics of corporate reporting: Evidence from the UK water industry. *Critical Perspectives on Accounting*, 17, 175-201.
- Cuganesan, S., Guthrie, J. e Ward, L. 2010. Examining CSR disclosure strategies within the Australian food and beverage industry. *Accounting Forum*, 34, 169-183.
- Darnall, N., Seol, I. e Sarkis, J. 2009. Perceived stakeholder influences and organizations' use of environmental audits. *Accounting, Organizations and Society*, 34, 170-187.
- De Villiers, C. e Staden, C. 2006. Can less environmental disclosure have a legitimizing effect? Evidence from Africa. *Accounting, Organizations and Society*, 31, 763-781.
- Deegan, C. 2017. Twenty five years of social and environmental accounting research within Critical Perspectives of Accounting: Hits, misses and ways forward. *Critical Perspectives on Accounting*, 43, 65-87.
- Deegan, C. e Blomquist, C. 2006. Stakeholder influence on corporate reporting: An exploration of the interaction between WWF-Australia and the Australian minerals industry. *Accounting, Organizations and Society*, 31, 343-372.
- DiMaggio, P. e Powell, W. 1983. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48, 147-160.
- Edgley, C., Jones, M. e Solomon, J. 2010. Stakeholder inclusivity in social and environmental report assurance. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 23, 532-557.

- Eugénio, T., Morais, A. e Lourenço, I. 2010. Recent developments in social and environmental accounting research. *Social Responsibility Journal*, 6, 286-305.
- Farneti, F. e Guthrie, J. 2009. Sustainability reporting by Australian public sector organizations: Why they report. *Accounting Forum*, 33, 89-98.
- Freedman, M. e Jaggi, B. 2011. Global warming disclosures: Impact of Kyoto Protocol across countries. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 22, 46-90.
- Freedman, M. e Stagliano, A. J. 2008. Environmental disclosures: electric utilities and Phase 2 of the Clean Air Act. *Critical Perspectives on Accounting*, 19, 466-486.
- Frost, G. 2007. The introduction of mandatory environmental reporting guidelines: Australian evidence. *ABACUS*, 43, 190-216.
- Gray, R. 2002. The social accounting project and accounting organizations and society. Privileging engagement, imaginings, new accountings and pragmatism over critique?. *Accounting, Organizations and Society*, 27, 687-708.
- Gray, R. 2006. Does sustainability reporting improve corporate behavior?: Wrong question? Right time?. *Accounting and Business Research (International Policy Forum)*, 36, 65-88.
- Gray, R. 2013. Back to basis: What do we mean by environmental (and social) accounting and what is it for? A reaction to Thornton. *Critical Perspectives on Accounting*, 24, 459-468.
- Grosser, K. e Moon, J. 2008. Developments in company reporting on workplace gender equality? A corporate social responsibility perspective. *Accounting Forum*, 32, 179-198.
- Guthrie, J., Cuganesan, S. e Ward, L. 2008. Industry specific social and environmental reporting: The Australian food and beverage industry. *Accounting Forum*, 32, 1-15.
- Hassan, A. e Kouthy, R. 2013. Gas flaring in Nigeria: Analysis of changes in its consequent carbon emission and reporting. *Accounting Forum*, 37, 124-134.
- Henri, J.-F. e Journeault, M. 2010. Eco-control: The influence of management control systems on environmental and economic performance. *Accounting, Organizations and Society*, 35, 63-80.
- Herbohn, K., Walker, J., Yien, H. e Loo, M. 2014. Corporate social responsibility: the link between sustainability disclosure and sustainability performance. *ABACUS*, 50, 422-459.
- Higgins, C. e Walker, R. 2012. Ethos, logos, pathos: Strategies of persuasion in social/environmental reports. *Accounting Forum*, 36, 194-208.
- Ho, L-C. e Taylor, M. 2007. An empirical analysis of Triple Bottom Line reporting and its determinants: Evidence from the United States and Japan. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 18, 123-148.
- Hopwood, A. 2009. Accounting and the environment. *Accounting, Organizations and Society*, 34, 433-439.
- Hrasky, S. 2012a. Visual disclosure strategies adopted by more and less sustainability-driven companies. *Accounting Forum*, 36, 154-165.
- Hrasky, S. 2012b. Carbon footprints and legitimation strategies: symbolism or action?. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 25, 174-198.
- Islam, M. e Deegan, C. 2008. Motivations for an organization within a developing country to report social responsibility information. Evidence from Bangladesh. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 21, 850-874.
- Islam, M. e Deegan, C. 2010. Media pressures and corporate disclosure of social responsibility performance information: a study of two global clothing and sports retail companies. *Accounting and Business Research*, 40, 131-148.

- Jones, M. 2011. The nature, use and impression management of graphs in social and environmental accounting. *Accounting Forum*, 35, 75-89.
- Jones, M. e Solomon, J. 2010. Social and environmental report assurance: Some interview evidence. *Accounting Forum*, 34, 20-31.
- Joseph, C. e Taplin, R. 2011. The measurement of sustainability disclosure: Abundance versus occurrence. *Accounting Forum*, 35, 19-31.
- Kuruppu, S. e Milne, M. 2010. Dolphin deaths, organizational legitimacy and potential employees' reactions to assured environmental disclosures. *Accounting Forum*, 34, 1-19.
- Laine, M. 2009. Ensuring legitimacy through rhetorical changes? A longitudinal interpretation of the environmental disclosures of a leading Finnish chemical company. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 22, 1029-1054.
- Laine, M. 2010. Towards Sustaining the status quo: Business talk of sustainability in Finnish corporate disclosures 1987-2005. *European Accounting Review*, 19, 247-274.
- Lanis, R. e Richardson, G. 2013. Corporate social responsibility and tax aggressiveness: a test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 26, 75-100.
- Liesen, A., Hoepner, A., Patten, D. e Figge, F. 2015. Does stakeholder pressure influence corporate GHG emissions reporting? Empirical evidence from Europe. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 28, 1047-1074.
- Lodhia, S. e Jacobs, K. 2013. The practice turn in environmental reporting. A study into current practices in two Australian commonwealth departments. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 26, 595-615.
- Loftus, J. e Purcell, J. 2008. Post-Asian financial crisis reforms: an emerging new embedded-relational governance model. *Accounting, Business & Financial History*, 18, 335-355.
- Loh, C., Deegan, C. e Inglis, R. 2015. The changing trends of corporate social and environmental disclosure within the Australian gambling industry. *Accounting and Finance*, 55, 783-823.
- Luo, L., Lan, Y. C. e Tang, Q. 2012. Corporate incentives to disclose carbon information: Evidence from the CDP Global 500 Report. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 23, 93-120.
- Lynch, B. 2010. An examination of environmental reporting by Australian state government departments. *Accounting Forum*, 34, 32-45.
- Magness, V. 2006. Strategic posture, financial performance and environmental disclosure. An empirical test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 19, 540-563.
- Mahadeo, J., Oogarah-Hanuman, V. e Soobarayan, T. 2011. Changes in social and environmental reporting practices in emerging economy (2004-2007): Exploring the relevance of stakeholder and legitimacy theories. *Accounting Forum*, 35, 158-175.
- Mahoney, L., Thorne, L., Cecil, L. e LaGore, W. 2013. A research note on standalone corporate responsibility reports: Signaling or greenwashin?. *Critical Perspectives on Accounting*, 24, 350-359.
- Mäkelä, H. e Laine, M. 2011. A CEO with many messages: Comparing the ideological representations provided by different corporate reports. *Accounting Forum*, 35, 217-231.
- Mata, C., Fialho, A. e Eugénio, T. 2015. Análise longitudinal da investigação em contabilidade sobre relato ambiental, In: Santos, M. J. e Seabra, F. (eds.) *Gestão Socialmente Responsável*, Lisboa Edições Silabo.
- Mathews, M. R. 1997. Twenty five years of social and environmental accounting research: is there a silver jubilee to celebrate?. *Accountability, Auditing and Accountability Journal*, 10, 481-531.
- Mathews, M. R. 2003. A brief description and preliminary analysis of recent social and environmental accounting research literature. *Indonesian Management and Accounting Research*, 2, 197-264.

- Mathews, M. R. 2004. Developing a matrix approach to categorise the social and environmental accounting research literature. *Qualitative Research in Accounting and Management*, 1, 30-45.
- Matsumura, E., Prakash, R. e Vera-Muñoz, S. 2014. Firm-Value effects of carbon emissions and carbon disclosures. *The Accounting Review*, 89, 695-724.
- Michelon, G., Pilonato, S. e Ricceri, F. 2015. CSR reporting practices and the quality of disclosure: An empirical analysis. *Critical Perspectives on Accounting*, 33, 59-78.
- Momfardini, P., Barretta, A. e Ruggiero, P. 2013. Seeking legitimacy: Social reporting in the healthcare sector. *Accounting Forum*, 37, 54-66.
- Momin, M. 2013. Social and environmental NGO's perceptions of Corporate Social Disclosures: The case of Bangladesh. *Accounting Forum*, 37, 150-161.
- Moneva, J., Archel, P. e Correa, C. 2006. GRI and the camouflaging of corporate unsustainability. *Accounting Forum*, 30, 121-137.
- Monfardi, P., Barretta, A. e Ruggiero, P. 2013. Seeking legitimacy: Social in the healthcare sector. *Accounting Forum*, 37, 54-66.
- Monteiro, S. e Gúzman, B. 2010. Determinants of environmental disclosures in the annual reports of large companies operating in Portugal, *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 17, 185-204.
- Moroney, R., Windsor, C. e Aw, Y. 2012. Evidence of assurance enhancing the quality of voluntary environmental disclosures: an empirical analysis. *Accounting and Finance*, 52, 903-939.
- Murray, A., Sinclair, D., Power, D. e Gray, R. 2006. Do financial markets care about social and environmental disclosure? Further evidence and exploration from the UK. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 19, 228-255.
- O'Dwyer, B. 2011. The case of sustainability assurance: Constructing a new assurance service. *Contemporary Accounting Research*, 28, 1230-1266.
- O'Sullivan, N. e O'Dwyer, B. 2009. Stakeholder perspectives on a financial sector legitimization process. The case of NGOs and the Equator Principles. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 22, 553-58.
- Owen, D. 2008. Chronicles of wasted time? A personal reflection on the current state of, and future prospects for, social and environmental accounting research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 21, 240-267.
- Parker, L. 2005. Social and environmental accountability research: A view from the commentary box. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 18, 842-860.
- Parker, L. 2011. Twenty-one years of social and environmental accountability research: A coming of age. *Accounting Forum*, 35, 1-10.
- Patten, D. e Zhao, N. 2014. Standalone CSR reporting by U.S. retail companies. *Accounting Forum*, 38, 132-144.
- Pesci, C., Costa, E. e Soobaroyen, T. 2015. The forms of repetition in social and environmental reports: insights from Hume's notion of 'impressions'. *Accounting and Business Research*, 45, 765-800.
- Qian, W., Burritt, R. e Monroe, G. 2011. Environmental management accounting in local government. A case of waste management. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 24, 93-128.
- Rankin, M., Windsor, C. e Wahyuni, D. 2011. An investigation of voluntary corporate greenhouse gas emissions reporting in a market governance system. Australian evidence. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 24, 1037-1070.
- Rimmel, G. e Jonäll, K. 2013. Biodiversity reporting in Sweden: corporate disclosure and preparer's views. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 26, 746-778.

- Rodrigue, M. 2014. Contrasting realities: corporate environmental disclosure and stakeholder-released information. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27, 119-149.
- Samkin, G. e Schneider, A. 2010. Accountability, narrative reporting and legitimation. The case of a New Zealand public benefit entity. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 23, 256-289.
- Schneider, T. 2011. Is environmental performance a determinant of bond pricing? Evidence from the U.S. Pulp and Paper and Chemical Industries. *Contemporary Accounting Research*, 28, 1537-1561.
- Siddiqui, J. 2013. Mainstreaming biodiversity accounting: potential implications for a developing economy. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 26, 779-805.
- Smolarski, J. e Vega, J. 2013. Extreme events: a study of small oil and gas firms. *Accounting and Finance*, 53, 809-836.
- Solomon, J. e Solomon, A. 2006. Private social, ethical and environmental disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 19, 564-591.
- Spence, C. 2007. Social and environmental reporting and hegemonic discourse. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 20, 855-882.
- Ten-Elijido, E., Kloot, L. e Clarkson, P. (2010). Extending the application of stakeholder influence strategies to environmental disclosures. An exploratory study from a developing country. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 23, 1032-1059.
- Thomson, I., Grubnic, S. e Georgakopoulos, G. 2014. Exploring accounting-sustainability hybridization in the UK public sector. *Accounting, Organizations and Society*, 39, 453-476.
- Thoradeniya, P., Lee, J., Tan, R. Ferreira, A. 2015. Sustainability reporting and the theory of planned behaviour. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 28, 1099-1137.
- Thorne, L., Mahoney, L. e Manetti, G. 2014. Motivations for issuing standalone CSR reports: a survey of Canadian firms. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27, 686-714.
- Tilling, M. e Tilt, C. 2010. The edge of legitimacy. Voluntary social and environmental reporting in Rothmans' 1956-1999 annual reports. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 23, 55-81.
- Tregidga, H., Milne, M. e Kearins, K. 2014. (Re)presenting 'sustainable organizations'. *Accounting, Organizations and Society*, 39, 477-494.
- Van Liempd, D. e Busch, J. 2013. Biodiversity reporting in Denmark. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 26, 833-872.
- Vinnari, E. e Laine, M. 2013. Just a passing fad? The diffusion and decline of environmental reporting in the Finnish water sector. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 26, 1107-1134.
- Wilkins, T. 2014. Discussion of "Mandatory environmental disclosures by companies complying with IASs/IFRSs: The cases of France, Germany and the UK". *The International Journal of Accounting*, 49, 248-252.
- Williams, B., Wilmshurst, T. e Clift, R. 2011. Sustainability reporting by local government in Australia: Current and future prospects. *Accounting Forum*, 35, 176-186.
- Wong, R. e Millington, A. 2014. Corporate social disclosures: a user perspective on assurance. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27, 863-887.